



ATA NÚMERO 04/2008

1 Aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e oito, com início às nove horas, na Sala
2 do Conselho Universitário, sito à Praça Sete de Julho, 180, realizou-se sessão ordinária do
3 Conselho Universitário - CONSUN da Universidade Federal de Pelotas, convocada e presidida
4 pelo Professor **Antonio Cesar Gonçalves Borges**, Magnífico Reitor, com a participação dos
5 seguintes conselheiros: **Telmo Pagana Xavier**, Vice-Reitor, **Francisco Carlos Gomes**
6 **Luzardi**, Pró-Reitor Administrativo; **Elio Paulo Zonta**, Pró-Reitor de Planejamento e
7 Desenvolvimento; **Eliana Póvoas Pereira Estrela Brito**, Pró-Reitora de Graduação; **Manoel**
8 **de Souza Maia**, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; **Vitor Hugo Borba Manzke**, Pró-
9 Reitor de Extensão e Cultura; **Tânia Beatriz Gamboa Araújo Morselli**, Diretora da Faculdade
10 de Agronomia Eliseu Maciel; **Márcia Bueno Pinto**, Diretora da Faculdade de Odontologia;
11 **Renato Oswaldo Fleischmann**, Diretor da Faculdade de Direito; **Isabel Porto Nogueira**,
12 Diretora do Conservatório de Música; **Mário Carlos Araújo Meirelles**, Diretor da Faculdade
13 de Veterinária; **Tânia Elisa Morales Garcia**, Diretora da Faculdade de Administração e
14 Turismo; **Farid Butros Iunan Nader**, Diretor da Faculdade de Medicina; **José Francisco**
15 **Gomes Schild**, Diretor da Escola Superior de Educação Física; **Terezinha Fujita**, Diretora
16 Pró-Tempore da Faculdade de Educação; **Lauer Nunes dos Santos**, Diretor do Instituto de
17 Artes e Design; **Gladis Aver Ribeiro**, Diretora do Instituto de Biologia; **Fábio Vergara**
18 **Cerqueira**, Diretor do Instituto de Ciências Humanas; **Gil Carlos Rodrigues Medeiros**,
19 Diretor do Instituto de Física e Matemática; **Sérgio Luíz dos Santos Nascimento**, Diretor do
20 Instituto de Química e Geociências; **Álvaro Augusto Borba Barreto**, Diretor do Instituto de
21 Sociologia e Política; **José Honorato de Oliveira Filho**, Diretor da Faculdade de
22 Meteorologia; **Luciane Prado Kantorski**, Diretora da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia;
23 **Wolmer Brod Peres**, Diretor da Faculdade de Engenharia Agrícola; **Antonio César Silveira**
24 **Baptista da Silva**, Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; **Hugo Roberto**
25 **Kaastrup Stephan**, Diretor do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça; **Paulo Ricardo S.**
26 **Borges**, Diretor da Faculdade de Letras; **Moacir Cardoso Elias**, representante dos Professores
27 Titulares; **Silmar Teichert Peske**, representante dos Professores Titulares; **Rogério Oliveira**
28 **de Sousa**, representante dos Professores Adjuntos; **Mariângela Afonso**, representante dos
29 Professores Adjuntos; **Raquel Santos Schwonke**, representante dos Professores Assistentes;
30 **Francisco José Pereira Tavares**, representante dos Professores Assistentes; **José Fernando**
31 **González**, representante dos Professores Auxiliares; **Luiz Ernani Gonçalves Ávila**,
32 representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Carlos Alberto Soares da Silva**,
33 representante dos Professores de 1º e 2º Grau; **Ricardo Lemos Sainz**, representante dos
34 Professores de 1º e 2º Grau; **Carla Silva de Ávila**, representante Comunitária; **Eduardo**
35 **Algayer Osório**, representante Comunitário; **Letícia Pascelli Sant' Ana Santos**, **Fernanda de**
36 **Oliveira Duarte (suplente)**, e **Everton Rafael Thürmer Borba**, representantes discentes;
37 **Maria Tereza Fujita (suplente)**, **Gilmara Anderson Timm**, **Rosane Brandão (suplente)**,
38 **Sérgio Batista Cristino**, **João Paulo V. Adamoli (suplente)**, **Nilton Jalvan** e **Marilane de**
39 **Souza Velasco**, representantes dos Técnicos Administrativos. Não compareceram os seguintes
40 Conselheiros: **Márcia Rúbia Duarte Buchweitz**, Diretora da Faculdade de Nutrição; **Celso**
41 **Medina Fagundes**, representante dos Professores Associados; **Jorge Luis Martins**,
42 representante dos Professores Associados; **Odir Antonio Dellagostin**, representante dos
43 Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; **Eduardo Dickie de Castilhos**, representante dos
44 Coordenadores de Cursos de Graduação; **Sylvio Arnoldo Dick Jantsen**, representante do
45 COCEPE; **Mara Alves Casa**, representante Comunitário; **Fernanda de Oliveira Duarte**,
46 **Martha Zancan Godoy**, **Nelson da Costa Pires** e **Vinícius Anjos Rommel da Silveira**,
47 representantes discentes. Constatada a existência de quorum legal, o senhor presidente,
48 Professor Antonio Cesar Borges declarou aberta a sessão, dando as boas-vindas aos novos

Assinatura



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 04/2008 – FLS. 2 de 10

49 conselheiros, Francisco José Pereira Tavares (titular) e Maria da Graça Saraiva Nogueira
50 (suplente), como representantes da classe de Professores Assistentes. Em relação ao **Item 02** –
51 **VISITA ÀS OBRAS DO ANTIGO FRIGORÍFICO ANGLO**, explicou que, com as chuvas,
52 o acesso da área do Anglo ficou muito difícil e solicitou que esta visita ficasse agendada para
53 data posterior. Colocada em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. A seguir,
54 passou ao **Item 01 – PROCESSO ELEITORAL PARA ESCOLHA DO REITOR DA**
55 **UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – UFPel.** - Justificou o porquê de ter colocado
56 o item na pauta: “Por estarmos passando por um momento atípico, as tratativas para a eleição
57 estão ocorrendo de forma diferente dos anos anteriores.” Disse que a implantação do REUNI se
58 faria urgente, pois se não fosse implantada a tempo, a universidade correria o risco de não
59 receber a verba para o andamento das obras, em prejuízo das Unidades. Falou ainda que o
60 trabalho dos servidores técnico-administrativos era fundamental neste momento. Pediu que
61 nesta reunião ficasse definido o calendário para a confecção da lista tríplice para a indicação
62 dos nomes que concorreriam à Reitoria. Também seria definida a forma de eleição: no
63 CONSUN ou com consulta à comunidade. Pediu para que fosse definido o tempo que cada
64 conselheiro gastaria para se manifestar, a fim de que a reunião não se estendesse demais.
65 Sugeriu, conforme o Regimento, que cada conselheiro utilizasse três minutos para sua fala.
66 Deixou a palavra à disposição: o conselheiro Adamoli referiu que não houve inscrição de
67 chapas pela falta de consenso entre as entidades, pois estudantes e servidores técnico-
68 administrativos optaram pelo voto universal enquanto os docentes pelo voto paritário. Por outro
69 lado após as manifestações do Professor Moacir Elias sobre as duas formas de eleição que eram
70 no Conselho Universitário ou na consulta à comunidade sob a modalidade de voto paritário ou
71 como determina a lei 70/30. O conselheiro Paulo Borges disse que o Decreto 1.196, de 23 de
72 maio de 1996, fora alterado pelo Decreto 6.964, de 22 de novembro de 2007. O senhor
73 presidente disse que este Decreto, a que se referiu o conselheiro, fala apenas das pessoas que
74 podem ou não concorrer ao cargo de Reitor. Agradeceu ao conselheiro pela lembrança da
75 existência desse Decreto e disse que iria encaminhar a documentação aos conselheiros. Paulo
76 Borges disse que outra colocação que gostaria de fazer era que, como tínhamos duas formas de
77 escolha, qualquer outra forma que se desejasse utilizar, fosse de consenso geral. O conselheiro
78 Carlos Alberto disse que estava de acordo com a fala do conselheiro Paulo Borges e sugeriu
79 que fosse feita uma suspensão temporária da reunião e todos discutissem essa proposição. O
80 senhor presidente acatou esta sugestão, mas acrescentou que poderiam definir o calendário e
81 logo após suspenderia a reunião, para discussão do assunto. O conselheiro Carlos Alberto
82 solicitou que fosse feito ao contrário. O conselheiro Adamoli disse que o conselho não deveria
83 discutir se o voto seria paritário ou universal. Carlos Alberto falou no sentido de objetivar a
84 reunião, propondo uma sugestão: as Instituições fizeram votações em suas Associações e já
85 haviam retirado suas propostas. Entretanto, o presidente do Conselho disse que este assunto
86 seria colocado à posteriori. A proposta principal da pauta era o calendário, para que a
87 Universidade não fosse prejudicada. O calendário, disse ser muito importante e não via o
88 porquê de haver contrariedades em relação ao assunto. Após mais algumas colocações por parte
89 de outros conselheiros, às dez horas, o senhor presidente fez um intervalo na reunião para que
90 todos discutissem entre os pares. A seguir a conselheira Rosane Brandão disse que, como não
91 conseguiriam chegar a um consenso, surgiu uma proposta de que uma comissão fosse retirada
92 do CONSUN para acompanhar os trabalhos que as entidades estavam fazendo e também gerir o
93 processo. O senhor presidente disse que não poderiam apressar o assunto em um ponto que
94 poderia ser crucial para a Universidade e não poderiam confundir os assuntos estranhos ao
95 Conselho e que este somente poderia discutir temas conduzidos conforme a lei. Sugeriu que
96 fosse votada a data para a confecção da lista tríplice, pelos Conselhos Superiores. Propôs o dia
97 dois de setembro. Colocada em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. A reunião
98 foi deixada em aberto para que as associações pudessem ainda buscar um consenso sobre a
99 possibilidade de eleição para reitor e vice-reitor à semelhança do que ocorrera em períodos
100 anteriores. O presidente informou que os conselheiros seriam convocados para outra data para
101 dar continuidade à reunião, que foi interrompida às onze horas e trinta e sete minutos pelo

Deu



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELotas
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 04/2008 – FLS. 3 de 10

102 senhor presidente. Aos **vinte dias do mês de agosto do ano de dois mil e oito**, com início às
103 nove horas e trinta minutos, na Sala do Conselho Universitário, sito à Praça Sete de Julho, 180,
104 foi dado início a continuidade da sessão ordinária do Conselho Universitário - CONSUN da
105 Universidade Federal de Pelotas, interrompida no dia nove de junho do mesmo ano, convocada
106 e presidida pelo Professor **Antonio Cesar Gonçalves Borges**, Magnífico Reitor, com a
107 participação dos seguintes conselheiros: **Telmo Pagana Xavier**, Vice-Reitor, **Francisco**
108 **Carlos Gomes Luzardi**, Pró-Reitor Administrativo; **Elio Paulo Zonta**, Pró-Reitor de
109 Planejamento e Desenvolvimento; **Eliana Póvoas Pereira Estrela Brito**, Pró-Reitora de
110 Graduação; **Manoel de Souza Maia**, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação; **Vitor Hugo**
111 **Borba Manzke**, Pró-Reitor de Extensão e Cultura; **Tânia Beatriz Gamboa Araújo Morselli**,
112 Diretora da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel; **Márcia Bueno Pinto**, Diretora da
113 Faculdade de Odontologia; **Renato Oswaldo Fleischmann**, Diretor da Faculdade de Direito;
114 **Isabel Porto Nogueira**, Diretora do Conservatório de Música; **Mário Carlos Araújo**
115 **Meirelles**, Diretor da Faculdade de Veterinária; **Tânia Elisa Morales Garcia**, Diretora da
116 Faculdade de Administração e Turismo; **Farid Butros Iunan Nader**, Diretor da Faculdade de
117 Medicina; **José Francisco Gomes Schild**, Diretor da Escola Superior de Educação Física;
118 **Mauro Augusto Burkert Del Pino**, Diretor da Faculdade de Educação; **Lauer Nunes dos**
119 **Santos**, Diretor do Instituto de Artes e Design; **Gladis Aver Ribeiro**, Diretora do Instituto de
120 Biologia; **Fábio Vergara Cerqueira**, Diretor do Instituto de Ciências Humanas; **Gil Carlos**
121 **Rodrigues Medeiros**, Diretor do Instituto de Física e Matemática; **Sérgio Luíz dos Santos**
122 **Nascimento**, Diretor do Instituto de Química e Geociências; **Álvaro Augusto Borba Barreto**,
123 Diretor do Instituto de Sociologia e Política; **José Honorato de Oliveira Filho**, Diretor da
124 Faculdade de Meteorologia; **Luciane Prado Kantorski**, Diretora da Faculdade de Enfermagem
125 e Obstetrícia; **Wolmer Brod Peres**, Diretor da Faculdade de Engenharia Agrícola; **Antonio**
126 **César Silveira Baptista da Silva**, Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; **Márcia**
127 **Rúbia Duarte Buchweitz**, Diretora da Faculdade de Nutrição; **Hugo Roberto Kaastrup**
128 **Stephan**, Diretor do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça; **Paulo Ricardo S. Borges**,
129 Diretor da Faculdade de Letras; **Moacir Cardoso Elias**, representante dos Professores
130 Titulares; **Silmar Teichert Peske**, representante dos Professores Titulares; **Celso Medina**
131 **Fagundes**, representante dos Professores Associados; **Rogério Oliveira de Sousa**,
132 representante dos Professores Adjuntos; **Mariângela Afonso**, representante dos Professores
133 Adjuntos; **Francisco José Pereira Tavares**, representante dos Professores Assistentes; **José**
134 **Fernando González**, representante dos Professores Auxiliares; **Odir Antonio Dellagostin**,
135 representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; **Luiz Ernani Gonçalves Ávila**,
136 representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Eduardo Dickie de Castilhos**,
137 representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Carlos Alberto Soares da Silva**,
138 representante dos Professores de 1º e 2º Grau; **Ricardo Lemos Sainz**, representante dos
139 Professores de 1º e 2º Grau; **Eduardo Algayer Osório**, representante Comunitário; **Vladimir**
140 **Aguilar Antunes**, **Isidoro de Jesus Jorge (suplente)**, **Daniel Berbare**, **André Felipe Coser**
141 **(suplente)**, **Rovan Simões Gonçalves de Castro (suplente)** e **Leandro Barts**, representantes
142 discentes e **Rosalina Vieira dos Anjos**, **Gilmara Anderson Timm**, **Rosane Brandão**
143 **(suplente)**, **Sérgio Batista Cristino**, **João Paulo V. Adamoli (suplente)**, **Flávio Zeina Abib**
144 **(suplente)** e **Marilane de Souza Velasco**, representantes dos Técnicos Administrativos. Não
145 compareceram os seguintes Conselheiros: **Jorge Luis Martins**, representante dos Professores
146 Associados; **Raquel Santos Schwonke**, representante dos Professores Assistentes; **Sylvio**
147 **Arnoldo Dick Jantsen**, representante do COCEPE; **Carla Silva de Ávila**, representante
148 Comunitária; **Mara Alves Casa**, representante Comunitário; e **Vinícius Anjos Rommel da**
149 **Silveira**, representante discente. Constatada a existência de quorum legal, o senhor presidente,
150 Professor Antonio Cesar Borges declarou aberta a sessão, solicitando que os representantes dos
151 segmentos da Universidade (ASUFPEL, ADUFPEL E DCE) fizessem suas manifestações em
152 relação à forma de escolha do Reitor e Vice-Reitor, após ter sido autorizada a presença dos
153 mesmos pelos membros do CONSUN. Os representantes das entidades referidas reiteraram o
154 conteúdo do documento apresentado em suas apresentações e solicitaram a prorrogação do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 04/2008 – FLS. 4 de 10

155 prazo para a reunião de elaboração da lista tríplice, ou seja, para que o Conselho não realize a
156 escolha da lista para Reitor e Vice-Reitor em 2 de setembro próximo. O senhor presidente
157 passou a palavra ao representante da ASUFPEL, conselheiro João Adamoli que falou sobre a
158 questão da pauta do dia. Disse que a tentativa das Entidades seria encaminhar um processo
159 conjunto, mas uma das categorias criou uma posição contrária à modalidade da escolha dos
160 votos, não havendo consenso entre estas. Fez apelo para que a Administração adiasse a data da
161 escolha da forma de votação. Então o representante da ADUFPEL leu o documento que foi
162 encaminhado pela entidade: "...As entidades representativas dos três segmentos que compõem a
163 Comunidade Universitária, infra assinadas, considerando que: 1- existe uma manifesta vontade
164 dos três setores de que o processo de consulta à Comunidade ocorra; 2 – a consulta à
165 Comunidade permite o conhecimento e o debate das propostas dos candidatos; 3 - a consulta
166 prévia à Comunidade confere ao eleito legitimidade e o necessário apoio; 4 – seria um grande
167 retrocesso para nossa Universidade, a não realização da consulta; 5 – não existe motivo para
168 acelerar o processo, já que o prazo limite para sua conclusão é de doze de novembro; 6 – houve
169 consenso entre as três diretorias das três entidades em convocar, para o próximo dia vinte e oito
170 de agosto, às dezenove horas, em local a ser definido, uma Assembléia da Comunidade
171 Universitária, para encaminhar o processo. Solicitam que a reunião do CONSUN, marcada para
172 dois de setembro p.v. com a finalidade de eleição de lista tríplice para a escolha do futuro
173 Reitor da UFPel seja adiada, de modo a permitir a realização da consulta à comunidade". Após
174 a manifestação, o senhor presidente concedeu quinze minutos para que fossem debatidos, com a
175 reunião interrompida, sendo que em seguida se retirariam da sala os representantes das
176 entidades, já agradecendo a presença e colaboração destes. Passado o tempo concedido, o
177 senhor presidente deu seqüência à reunião e solicitou que o conteúdo do documento
178 encaminhado ao Gabinete constasse em ata e frisou que na presente reunião deveria ser
179 discutido se fariam consulta à Comunidade ou não. A escolha dos nomes seria feita na forma da
180 Lei. Deixou a palavra à disposição dos conselheiros que desejassem se manifestar. O
181 conselheiro Silmar Peske falou que em 1996 e 2000 a lista tríplice foi feita no Conselho. Em
182 2004, foi por consulta à Comunidade e que nesta eleição, deveria ser feita uma ampliação do
183 conselho para um colegiado maior que contemplasse a composição 70/30%. O senhor
184 presidente disse que apenas o Conselho Universitário teria a prerrogativa de utilizar a proporção
185 70/30 e leu o inciso 1º, do artigo 16, e Decreto nº 1.995 da Presidência da República: "O Reitor
186 e Vice-Reitor da Universidade Federal serão nomeados pelo Presidente da República e
187 escolhidos entre professores dos dois níveis mais elevados da carreira ou que possuam título de
188 Doutor, cujos nomes figurem em listas tríplices organizadas pelo respectivo Colegiado Máximo
189 ou outro colegiado que o englobe, instituído especificamente para este fim sendo a votação
190 uninominal". O conselheiro Eduardo Osório falou que ouviram a apresentação das três
191 entidades pedindo um adiamento que tenta criar um consenso entre a forma de escolha do
192 reitor. Disse que em uma universidade onde há mais ou menos mil docentes, pouco mais de mil
193 servidores e mais de dez mil discentes, seria impossível querer que os alunos aceitassem voto
194 paritário. Disse que o Governo, através do Decreto nº 6.264, de 22 de novembro de 2007
195 alterou e acrescentou dispositivos ao Decreto nº 1.916, de 23 de maio de 1996, não alterando a
196 proporção 70/30. Falou ainda, que no mundo todo, até nas Instituições mais antigas, como
197 Exército e Igreja, os dirigentes nunca são escolhidos pelo voto das maiorias (soldados ou
198 padres). No Brasil não existe nenhuma instituição onde seja utilizado o voto universal e mesmo
199 que fosse, estaria desrespeitando a lei. Pediu que o CONSUN assumisse esta decisão e passasse
200 o processo adiante. O conselheiro João Adamoli solicitou que o Conselho aceitasse adiar a data
201 de dois de setembro para definir a lista tríplice. A conselheira Rosane Brandão disse que não
202 deveriam chegar a lugar algum se discutissem a forma de escolha naquela reunião, mas que se
203 estendesse o prazo. O conselheiro Fernando González disse que não seria de consenso a
204 discussão, pois existiam duas propostas: a forma de escolha e a data para isto ser feito. A
205 conselheira Luciane Kantorski disse que estava surpresa com a forma da manifestação das
206 entidades, pois participou de todas as assembleias de sua categoria para buscar um consenso. O
207 conselheiro Vladimir fez a colocação de que sua preocupação era sobre a organização da



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 04/2008 – FLS. 5 de 10

208 consulta popular, e que sua dúvida era de qual órgão organizaria tal consulta. O senhor
209 presidente respondeu que o CONSUN só pode se posicionar em relação à consulta popular se
210 esta seja na forma 70/30. Qualquer outra forma não poderia ser conduzida por este Conselho.
211 Falou ainda que a reunião do CONSUN que vai elaborar a lista tríplice não poderá ser presidida
212 por ele, já que é candidato. Respondeu que o Conselho não pode participar de uma consulta que
213 não esteja na forma da lei. O conselheiro Moacir Elias disse que sempre participou das
214 associações durante sua vida profissional na universidade. A princípio tinha ficado
215 entusiasmado com a solicitação de adiamento da data da reunião, se tivesse a garantia de que as
216 três instituições voltariam a discutir, após esta assembléia geral, mas como não ouviu isto,
217 trouxe a proposta de que se faça a consulta na forma da lei, com a comunidade. Seu voto a
218 favor do adiamento estava vinculado ao compromisso de que as três instituições efetivamente
219 colocassem em discussão na sua categoria, para que o processo pudesse avançar. Caso
220 contrário, o processo deveria ser assumido pelo conselho na forma da lei. O conselheiro Hugo
221 Stephan perguntou o que resultaria desta assembléia? Voto universal? Os professores já
222 garantiram que desejam voto paritário. A ele não caía bem, que na véspera da reunião que
223 definiria a data, chegasse ao Gabinete um documento solicitando o adiamento. A ele soava
224 como uma forma de tumultuar o processo. O conselheiro Paulo Borges disse que via como
225 muito positiva a forma das entidades tentarem resgatar o processo e que o próprio Magnífico
226 Reitor tinha interesse de se candidatar à reeleição e era sabido que havia outro candidato
227 interessado. Logo, deveria ser feita a consulta à comunidade, que deveria participar do debate e
228 escolher a melhor proposta e, se não fosse assim, a universidade ficaria prejudicada, porque
229 perderia um momento importante para o seu próprio amadurecimento enquanto instituição. O
230 conselheiro Mário Meirelles disse que não aceitava nova discussão, pois já estava definido por
231 sua categoria. O conselheiro João Adamoli disse que uma categoria não conseguiu retirar em
232 uma única assembléia sua posição, tendo várias reuniões e em todas teve a mesma posição. Não
233 entendia porque as colocações de dúvida das intenções das instituições ao solicitar o adiamento.
234 O conselheiro Mauro Del Pino disse que independente da forma legal de apresentar ao conselho
235 universitário como fórum deliberativo lhe parecia fundamental que a decisão dos conselheiros
236 não fosse tomada sem uma profunda reflexão e amplo debate dentro da universidade. Portanto,
237 estavam tratando de duas questões: primeiro, o cumprimento das normas legais que pressupõe a
238 escolha de uma lista tríplice a partir deste colegiado e, anterior a esta escolha, um processo de
239 reflexão em torno do futuro da universidade, e depois a possibilidade de apresentação de
240 projetos que busquem a qualificação e aperfeiçoamento desta universidade. Para isso existiam
241 dois caminhos a serem tomados: o caminho histórico que tem sido tomado pela universidade de
242 que esta possibilidade do debate e da apresentação da diferença se dê através de uma condução
243 pelas entidades ou talvez uma novidade que se possa vislumbrar, que seria o Conselho
244 administrando este processo. Queria apostar na primeira alternativa em função do pedido que a
245 presidência recebeu das entidades e encaminhou no sentido de que fosse possibilitado que o
246 amadurecimento que estava sendo colocado por parte das entidades fosse efetivado e que no
247 futuro bem próximo a esta data tivessem uma posição no sentido de que essa possibilidade de
248 um processo democrático fosse encaminhado pelas entidades. Se não fosse possível,
249 logicamente votaria pela segunda alternativa. O Conselheiro Fernando Gonzáles falou que
250 deveria ser retirada uma posição do Conselho e fez a proposta de escalonar as indagações: com
251 consulta ou sem consulta? A forma da Lei, ou debate? Se não fosse utilizada a legislação,
252 deveria haver um consenso, pois se assim não fosse, não seria positivo para a universidade, nem
253 para ninguém. Outra pergunta: A coordenação deste processo de consulta seria com as
254 entidades ou uma comissão retirada na presente reunião? A data desta consulta? E se não fosse
255 acontecer a consulta à comunidade, deveria ser mantida a data de dois de setembro? O
256 conselheiro Antonio César Baptista disse que em um primeiro momento não deveria ser
257 discutido se haveria consulta à comunidade e sim se o assunto retornaria as entidades. Achava
258 que o processo havia se esgotado. Neste momento o senhor presidente concedeu a oportunidade
259 de inscrições para manifestação durante mais três minutos, para que as colocações fossem
260 encerradas. A conselheira Márcia Bueno disse que em todas as assembléias que aconteceram



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 04/2008 – FLS. 6 de 10

261 não foi escolhida a forma de voto universal e não via na pauta da assembléia do dia vinte e oito,
262 algo que mudasse o encaminhamento. O conselheiro Carlos Alberto da Silva colocou sua
263 posição como representante dos professores do CAVG, que decidiram em reunião que a escolha
264 da lista tríplice seria com consulta à comunidade na forma da lei. Disse que os candidatos
265 deveriam ter tempo para colocar suas propostas à comunidade. O conselheiro Eduardo Osório
266 apoiou as idéias dos que o antecederam e se colocou contrário à outra colocação de que não
267 fosse na forma da lei. Duas posições que foram colocadas: fazer consulta à comunidade ou não?
268 Disse que se a resposta fosse sim, não deveria o processo ser presidido pelas associações e se
269 houvesse alguma consulta à comunidade, deveria ser presidida pelo CONSUN. Acrescentou
270 ainda que as associações não poderiam dirigir o processo, pois nem todos os servidores da
271 Universidade são sócios daquelas agremiações. A seguir o conselheiro Gil Medeiros disse que
272 sua fala anterior foi devida ao fato de não ter não havia consenso entre as categorias e que seria
273 favorável à consulta à comunidade. Como não foi atingido esse consenso, resta ao conselho
274 decidir apenas em “fazer a consulta ou não fazer a consulta, na forma oficial. Quero dizer que
275 sou favorável a consulta pela comunidade. O conselheiro Francisco (ESEF): o que mais
276 surpreende foi querer alterar uma data de uma eleição que já foi aprovada por unanimidade
277 “parece um contra-senso para mim”. Logo, qualquer alteração na data, parece ser uma medida
278 para ganhar tempo para recompor um desgaste político. Disse ainda o Conselheiro Francisco,
279 da ESEF, que não gostaria de mudar o que já havia sido determinado por unanimidade pelo
280 CONSUN e se fosse aqui aprovada a consulta à comunidade que esta consulta fosse dirigida
281 por uma comissão eleitoral formada pelo próprio Conselho, e que não deveria ser delegada tal
282 prerrogativa a outra entidade. Por outro lado, o Conselheiro Lauer concordou com a proposta
283 do Conselheiro Gonzáles, mas sugeriu uma alteração na ordem como foi apresentada a
284 proposta. Primeiro tópico apresentado hoje foi solicitação de alteração da data, na carta não fica
285 clara sobre a possibilidade de consenso, e desde 9 de junho não se chegou a nada, prorrogar a
286 data nada acrescentaria. Logo, poderíamos decidir se haverá ou não mudança da data da
287 eleição, e depois encaminhar os outros pontos. O conselheiro João Adamoli se manifestou
288 dizendo que quando se fala em legal ou ilegal sempre nos pautamos é relativa, pois se o
289 conselho anteriormente aceitou os resultados vindos da comunidade que elegeu os dirigentes
290 pelo voto paritário, teria o conselho cometido um ato ilegal. Quando se trabalha a hipótese de
291 que as associações não tem todos os servidores como associados, é histórico trabalharmos como
292 categoria e como respeito a isto só há participação dos membros destas categorias nas suas
293 assembléias. O mais importante para o Conselheiro seria encaminhar o problema para as
294 assembléias das respectivas categorias e também concordo com a Professora Márcia quando diz
295 que se este conselho deliberar por uma consulta na forma da lei ele estaria frontalmente contra
296 o que as entidades queriam que era o voto universal. Logo, este conselho deliberar hoje pela
297 consulta conforme a lei (na proporção de 70/30), significaria um retrocesso e uma afronta a
298 todas as assembléias já realizadas. Para o Conselheiro Adamoli esta seria esta a última
299 alternativa e para ele, o que deveria ser votado aqui é se este conselho remete de novo a questão
300 para as assembléias das categorias para sua decisão. Para o conselheiro a primeira votação
301 deveria ser de que o CONSUN encaminhasse o processo às instituições e a data fosse alterada
302 quem sabe para o dia 10 do mês de setembro. O conselheiro Manoel Maia falou que entendia
303 que este processo lastimavelmente, estava esgotado e que todos perderam por motivo das
304 intransigências. Qualquer retorno será um retrocesso. Para o conselheiro o encaminhamento à
305 comunidade teria um componente complicado no sentido de que grupos que pleiteavam o voto
306 universal, ficariam cingidos a uma percentagem de menos de 30% e qual seria a forma como
307 manipulariam esta questão? Esta proposta de retorno anda na contramão. Este conselho tem a
308 representatividade, pois são pessoas que foram escolhidas por seus pares. Portanto desta forma
309 lastimo, mas temos que assumir que isto atende à data definida anteriormente. A conselheira
310 Gilmara Timm relatou que gostaria de lembrar que na assembléia da ASUFPEL o voto
311 universal foi decidido apenas por cinquenta votos de um universo de mais de mil servidores e
312 mais tarde foi solicitada uma nova assembléia que não aconteceu, mesmo com a solicitação de
313 quatrocentos funcionários e nem mesmo um plebiscito foi concedido, e agora estão tentando

ccw



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 04/2008 – FLS. 7 de 10

314 agendar uma nova reunião, com cinco mil alunos e cerca de trezentos servidores para tomarem
315 a decisão final. Reiterou a importância de seus colegas no Conselho e que todos deveriam
316 assumir seu papel no Conselho, pois o que se poderia esperar de uma assembléia onde a maioria
317 seria composta por estudantes? Em seguida o representante discente conselheiro Daniel Barbare
318 pediu que fosse definido se a consulta seria feita à comunidade e a data da reunião de retirada
319 da lista tríplice. Solicitou que fossem expostas as justificativas que levaram o Conselho a optar
320 pelo dia dois de setembro, uma vez que os atuais representantes dos alunos estavam recém
321 naquele momento ingressando naquele Conselho. O presidente repetiu as mesmas declarações
322 feitas na reunião anterior no CONSUN e o representante discente se deu por esclarecido. A
323 conselheira Eliane Póvoas disse que tudo o que foi falado estava ligado a interesses que cada
324 um tinha relacionado às suas práticas e que ela, como Pró-Reitora de Graduação, queria se
325 manifestar no sentido de pedir que cada conselheiro, tivesse a consciência de não estender o
326 prazo para esta discussão tão séria e que não atrapalhasse o processo concreto que estava
327 acontecendo de reestruturação desta universidade. Não era novidade que o cotidiano desta
328 Reitoria se inicia às oito e se estende ao horário de dezoito horas, visando o desenvolvimento
329 desta Universidade. Exemplificou que estão sendo colocados onze novos cursos e estamos
330 buscando a qualidade dos cursos e por isso mesmo a Pró-Reitoria não poderia parar num
331 período eleitoral. Logo, passado este tempo todo, tenhamos a consciência de que esta
332 universidade não pode parar. O conselheiro Fábio Cerqueira falou em três pontos que desejava
333 relatar: duas posições da universidade ao longo dos anos que aconteceram historicamente:
334 consulta à comunidade e no Conselho Universitário. Disse ser frustrante o fato das entidades
335 não terem chegado ao consenso. Não atribuía isso a interesse de alguém para que não se
336 chegasse ao consenso e sim a várias outras dificuldades e ainda mesmo que existam fatores
337 legítimos de prazo, acho que valeria a pena se tentar recuperar a tradição de legitimar as
338 escolhas e um exemplo disso é a administração atual que foi legitimada pelo processo belíssimo
339 de escolha que permite a legitimidade dos seus atos, como aqueles citados pela Pró-Reitora de
340 Graduação. Para o Conselheiro Fabio seria muito arriscado tomar qualquer decisão, logo ele iria
341 optar pela abstenção. Também salientou que seria muito importante que fosse definida uma
342 data para que as assembléias fossem realizadas nas categorias este compromisso das
343 associações seria fundamental, pois até aqui havia insegurança dos membros do Conselho
344 Universitário quanto a isso. O Conselheiro Fábio Cerqueira disse que imaginava que alguns
345 Diretores tivessem auscultado seus representados, mas como ele não havia tido esta
346 possibilidade, esse houvesse a necessidade de votar naquela sessão, ele teria que se abster em
347 todas as votações, a ao ser que nos fosse dado ou prazo de alguns dias (talvez até segunda-
348 feira) para então proceder qualquer votação. A seguir o senhor presidente respondeu ao
349 questionamento do conselheiro Daniel, dizendo que em reunião anterior o CONSUN havia, por
350 unanimidade, votado a data de dois de setembro, por motivo dos prazos exíguos para atender as
351 exigências do REUNI especialmente no que se refere às licitações para aquisição de material,
352 obras e reformas e apresentou os documentos e decretos relativos à aplicação do orçamento por
353 parte do Executivo Federal. Destacou que durante as eleições para reitor a universidade sempre
354 reduziu o ritmo de trabalho habitual e para evitar prejuízos às unidades, os conselheiros
355 aprovaram por unanimidade aquela data para a reunião do CONSUN para eleger a lista
356 tríplice. Perguntou ainda se o Pró-Reitor Administrativo teria alguma colocação a somar e como
357 este não necessitou acrescentar mais nada, fez um resumo de tudo o que foi colocado durante as
358 manifestações dos conselheiros: 1- retorno do debate às entidades, interrompendo a ação do
359 Conselho; 2 – o conselho analisaria a elaboração da lista tríplice sem consulta à comunidade; 3
360 – com consulta à comunidade e 4 – reavaliação da data de construção da lista tríplice. Pediu que
361 os conselheiros formalizassem propostas concisas que encaminhassem o assunto. O conselheiro
362 Fernando Gonzáles pediu que a primeira questão a ser respondida fosse sobre a realização ou
363 não da consulta à comunidade. E se for o caso se haverá depois a necessidade de decidir se a
364 consulta deverá ser coordenada pelas entidades ou pelo Conselho. O conselheiro João Adamoli
365 disse que entendia o contrário, pois se fosse definido que haveria consulta, logicamente que esta
366 seria na forma da lei, mas que antes dever-se-ia aguardar o resultado da reunião da Comunidade

cew



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 04/2008 – FLS. 8 de 10

367 marcada para o dia 28 próximo. O conselheiro Gil Medeiros disse que a proposta do
368 conselheiro González ficava prejudicada no sentido de que se fosse definido fazer consulta, esta
369 já deveria ser feita na forma da lei. Para o Conselheiro Gil Medeiros se a opção fosse eleição
370 pelas entidades não poderiam os conselheiros optar naquele momento pela consulta oficial que
371 significa 70/30. Em seguida o conselheiro Moacir Elias falou que acreditava que existia outro
372 ponto de vista, que o deixava bastante tranqüilo: o prazo que o conselho iria estudar deveria
373 viabilizar o sistema de escolha e destacou que concordava com o Conselheiro González. A
374 conselheira Rosane Brandão disse que não tinha ficado esclarecida no sentido de que se
375 houvesse votação e se o resultado fosse consulta à comunidade ela seria obrigatoriamente
376 70/30. Em resposta o Conselheiro González esclareceu que não havendo consenso, só restava a
377 lei. O conselheiro Antonio César Baptista reforçou sua proposta inicial que primeiramente
378 deveriam votar se o assunto voltaria às instituições e depois saber se seria feita a consulta à
379 comunidade. O conselheiro Farid Nader lembrou que o Conselho havia recebido um documento
380 das associações e que o mesmo deveria ser analisado. O presidente do CONSUN ressaltou que
381 o Conselho somente poderia decidir o que fosse legal e salientou que não havia impedimento
382 algum para mudança da data para a reunião. O conselheiro Francisco Tavares perguntou se o
383 prazo estava vinculado à consulta à comunidade ou não? O conselheiro Manoel Maia
384 concordou com o questionamento deste conselheiro e aproveitou para perguntar aos estudantes
385 se havia algum posicionamento sobre a forma de voto e se voltar a refletir e discutir tudo de
386 novo vai levar até 2010! E ainda para o Conselheiro González postergar a decisão é devolver a
387 discussão à comunidade e esticar o processo. Segundo o conselheiro José Francisco Schild as
388 associações foram intransigentes e incompetentes para definir o processo e o Conselho decidiu
389 pela Consulta. Naquele momento foi interrompido pelo Conselheiro Ernani que destacou que
390 tal decisão ainda não havia ocorrido. O conselheiro Paulo Borges falou que o que deveria ser
391 analisada era a resposta ao documento encaminhado pelas entidades. A conselheira Márcia
392 Bueno lembrou que não deveria ser remetida às entidades a decisão da eleição da lista tríplice,
393 sob pena de o Conselho estar incorrendo fora da lei. Para a conselheira a primeira discussão é
394 para manter ou não a data do dia 2. E, segundo a conselheira, isto não exclui a consulta a
395 comunidade, mas esta discussão não poderá sair do CONSUN e, sim poderá haver prorrogação
396 ou não do prazo. O conselheiro Carlos Alberto Soares da Silva disse que não imaginava como
397 fazer consulta à comunidade no dia dois de setembro, em contraponto ao que a conselheira
398 Márcia havia dito, pois o prazo era muito curto para fazer uma consulta e após uma eleição. O
399 conselheiro Antonio Baptista acreditava que o conselheiro Farid tinha razão ao dizer que o
400 Conselho deveria responder ao documento e que as associações tinham a intenção de provocar
401 o questionamento de qual o tipo de votação deveria ser feita e solicitavam a prorrogação do
402 prazo para esta discussão. Perguntou se não havia possibilidade de trocar o prazo para ser feito
403 o processo nos termos da lei e se o assunto voltaria à comunidade ou não? No Conselho
404 haveria consulta ou não? Devolveriam a discussão às associações? O senhor presidente
405 respondeu que se o Conselho decidisse que a eleição seria com consulta à comunidade, o prazo
406 poderia ser alterado. Disse que ao Conselho não cabia decidir o que as associações discutiriam
407 e apenas ser votado se haveria ou não consulta à comunidade ou ocorrendo a consulta se
408 haveria ou não alteração de prazo para a reunião. O conselheiro Farid solicitou que fosse
409 esclarecido quantas propostas existiam e o senhor presidente respondeu que só existia uma
410 proposta. Em vista desta resposta o conselheiro Antonio Baptista disse que ficava pressuposto
411 que não seria encaminhado o assunto às entidades. A conselheira Luciane Kantorski disse que
412 entendia que havia um documento entregue ao conselho e que deste deveria se manifestar
413 respondendo sobre a data. O conselheiro Moacir Elias fez uma proposta de encaminhamento:
414 fazer duas alternativas: consulta ou não e a data para a confecção da lista tríplice. O senhor
415 presidente iria encaminhar a votação entre as duas propostas: 1ª – O Conselho consultaria ou
416 não a comunidade e 2ª – Resposta às entidades com proposta de prorrogação da data da reunião.
417 Depois de mais algumas colocações, ficou definido por consenso que seria votada apenas a
418 primeira proposta. O senhor presidente chamou nominalmente os conselheiros que deveriam
419 responder da seguinte maneira: COM ou SEM CONSULTA, ou seja, COM consulta à

Ass



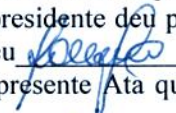
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 04/2008 – FLS. 9 de 10

420 comunidade e SEM CONSULTA significa a elaboração da lista tríplice no Conselho
421 Universitário sem consultar a comunidade. Foram proferidos os seguintes votos: Farid Nader –
422 sem consulta; José Francisco Schild – sem consulta; Mauro Del Pino - com consulta; Lauer
423 Santos - sem consulta; Gladis Ribeiro - com consulta; Fábio Cerqueira - com consulta; Gil
424 Medeiros - com consulta; Sérgio Nascimento - sem consulta; Álvaro Barreto – abstenção; José
425 Honorato Filho - com consulta; Luciane Kantorski - sem consulta; Wolmer Peres - sem
426 consulta; Antonio Baptista - sem consulta; Márcia Buchweitz - sem consulta; Hugo Stephen -
427 sem consulta; Paulo Borges - com consulta; Moacir Elias - com consulta; Silmar Peske - com
428 consulta; Celso Fagundes - com consulta; Rogério de Sousa - com consulta; Mariângela Afonso
429 - sem consulta; Francisco Tavares - sem consulta; Fernando Gonzáles - com consulta; Odir
430 Dellagostin - sem consulta; Ernani Ávila - sem consulta; Eduardo Castilhos - com consulta;
431 Carlos Silva - com consulta; Ricardo Sainz - sem consulta; Eduardo Osório - com consulta;
432 Vladimir Antunes – abstenção; Isidoro Jorge - abstenção; Daniel Barbare - abstenção; André
433 Caser - abstenção; Ronan Castro - abstenção; Leandro Bartz - abstenção; Rosalina Vieira - sem
434 consulta; Gilmara Timm - sem consulta; Rosane Brandão - sem consulta; Sérgio Cristino -
435 abstenção; João Adamoli - sem consulta; Flavio Abib – abstenção; Marilane Velasco - sem
436 consulta; Telmo Xavier – abstenção; Francisco Luzzardi - sem consulta; Élio Zonta - sem
437 consulta; Manoel Maia - sem consulta; Eliana Póvoas - sem consulta; Vitor Manzke - sem
438 consulta; Tania Morselli - sem consulta; Márcia Bueno - sem consulta; Isabel Nogueira - sem
439 consulta; Mário Meirelles - sem consulta; Tânia Garcia - sem consulta; Cesar Borges –
440 abstenção. O senhor presidente convidou os conselheiros: Vladimir Antunes, Silmar Peske e
441 Flavio Abib para fazerem a contagem dos votos. Estes conselheiros após examinarem a relação
442 dos votos, o conselheiro Wladimir em nome dos demais conselheiros que fizeram a contagem
443 dos votos anunciou que dentre 54 conselheiros presentes e que votaram, foi registrado o
444 seguinte resultado: Eleição para Reitor e Vice-Reitor sem **consulta prévia à comunidade:**
445 **vinte e nove votos; com consulta: quatorze votos e abstenções: onze votos.** O presidente
446 então disse ao plenário que a decisão do Conselho Universitário foi não realizar a Consulta à
447 comunidade, por conseguinte a escolha da lista tríplice será feita pelo Conselho Universitário.
448 A seguir o senhor presidente solicitou que os conselheiros que desejassem fazer declaração de
449 voto que o fizesse a partir daquele momento. O Conselheiro Carlos Alberto da Silva,
450 representante do CAVG fez a seguinte declaração de voto: “Condizente com a minha história
451 dentro desta universidade e com as coisas que sempre defendi, votei a favor da consulta à
452 Comunidade. E lamento profundamente que pessoas que também se dizem comprometidas com
453 a democracia tenham votado a favor de uma eleição indireta”. O Conselheiro Adamoli fez a
454 declaração de voto ressaltando que o voto do conselheiro Adamoli a favor da eleição no
455 conselho não é diferente daquela inclusive que elegeu o Professor Cesar Borges como reitor e
456 ela possibilita, desde que este conselho que tem o poder de decisão para a escolha de uma ou
457 outra data, e então possa mais tarde definir com autonomia depois de um processo de escolha
458 na comunidade. Então, ele possibilita aquilo que há muito tempo estamos lutando: para que a
459 comunidade possa ser ouvida. E todas as eleições que teve na Universidade foram decididas no
460 Conselho Universitário, obviamente precedidas ou não de um debate na comunidade. Este é o
461 voto do conselheiro Adamoli pela democracia na Ufpel. A Conselheira Rosane Brandão fez sua
462 declaração de voto da seguinte maneira: “A minha declaração também sem consulta à
463 comunidade cai no que o conselheiro Adamoli colocou neste conselho, possibilitando uma
464 maior democracia dentro da universidade. Por isso eu dei este voto. O Professor Hugo Stephan
465 fez a seguinte declaração de voto: “Eu lamento também que as entidades não possam ter
466 promovido as eleições para reitor, pois seria um momento enriquecedor para toda a
467 universidade, um momento muito importante para discussão, minha posição era pelo voto
468 paritário, mas no momento em que foi impossibilitado o voto paritário, eu então votei pela
469 eleição no Conselho Universitário. O Conselheiro Fernando Gonzáles: “Como fui autor da
470 proposta da consulta à comunidade, favor da consulta, porque acho que é uma conquista
471 importante, pois se é o que a lei nos fornece, mas se achamos que é pouco deveremos ir ao
472 Supremo ou ao Congresso para que seja modificada a lei, mas gostaria que ficasse consignado

Car



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO – ATA Nº 04/2008 – FLS. 10 de 10

473 meu voto a favor da consulta à comunidade. O Conselheiro Gil Medeiros fez a seguinte
474 declaração de voto: “Também lamento que a gente tenha entrado nesta situação e minha
475 decisão pela consulta esta estritamente relacionada com o fato de as entidades não terem
476 conseguido viabilizar o processo da maneira esperada, só restou a forma oficial. O Conselheiro
477 Discente Vladimir Antunes: fez uma justificativa breve do seu voto e dos demais representantes
478 discentes: “Pelo fato de que no Conselho de Diretórios Acadêmicos e na reunião realizada em
479 assembléia dos estudantes há cerca de um ou dois meses atrás foi deliberado pelo voto universal
480 ou se retiraríamos do processo. Então estamos acompanhando a lógica da coerência daquilo que
481 foi deliberado naquela assembléia geral dos estudantes”. O Conselheiro Mario Meireles: “Meu
482 voto foi um voto consciente e em respeito de tudo que participei dentro do processo junto com
483 minha categoria e desta forma penso eu que estou preservando o que a minha entidade resolveu
484 e a preço muito”. A seguir o Sr. Eduardo Osório se manifestou do seguinte modo como
485 declaração de voto: “Eu participo deste Conselho como representante de uma comunidade bem
486 mais ampla do que a universitária e meu voto não poderia ser diferente daquele que é consultar
487 a comunidade, universitária, pelo menos. O Professor Paulo Borges lamentou “que fosse
488 abortada a possibilidade de haver uma discussão plena na universidade, discussão esta que esta
489 ocorrendo em outras universidades. Portanto, eu acho que a UFPEL perde muito, perde uma
490 oportunidade preciosa para discutir questões relacionadas a projetos acadêmicos ou projetos
491 administrativos correlatos. O Conselheiro Fabio Cerqueira considerando a cultura política do
492 Instituto do qual eu sou diretor há seis anos e professor há dezessete e como em várias
493 oportunidades foi colocada a questão da escolha dos dirigentes e considerando que também não
494 foi submetido ao conselho o meu pedido para que houvesse prazo para que minha Unidade
495 pudesse decidir o voto eu me ancorei na cultura política do Instituto e considerando que sou
496 professor de história antiga com doutoramento em Grécia Antiga e que eu ensino os
497 fundamentos da democracia grega e não a democracia indireta eu sou contaminado por este
498 conteúdo e mesmo com profundo respeito pelos colegas que tomaram as suas decisões, meu
499 voto foi pela consulta, pois é um voto que pertence a minha Unidade e eu gostaria muito que ele
500 fosse fundamentado na consulta a dela, mas o fundamentei na cultura política da minha
501 Unidade. A seguir o Professor Ernani Ávila assim se expressou como declaração de voto:
502 “Considerando que nunca estive na Grécia e considerando que a partir do momento que
503 entendo todos os procedimentos daquele mundo eu entendo que meu voto não fere de modo
504 algum nem deslustra a idéia de democracia. Eu entendo que não perdemos nenhuma
505 oportunidade e arribado na própria democracia grega nós deliberamos de acordo com a sua
506 vontade na condição de integrantes do Conselho”. O senhor Presidente solicitou em seguida
507 que os membros do Conselho indicassem nomes para a composição de uma Comissão Eleitoral.
508 A partir daquele momento foi indicado o nome do professor Mário Meirelles, Márcia Bueno e
509 Ernani Ávila. Servidores Marilane Velasco e Sérgio Christino. Quanto ao questionamento de
510 alguns conselheiros sobre a presença de representantes discentes naquela Comissão Eleitoral, o
511 representante discente, conselheiro Daniel Barbare, respondeu que os alunos não se sentiam a
512 vontade em participar dessa comissão porque se abstiveram da referida votação da proposta
513 sobre a forma de escolha da lista tríplice. O Conselho Universitário aprovou, por ampla
514 maioria, a composição da referida Comissão Eleitoral. Logo após, o conselheiro Gil Medeiros
515 perguntou se a eleição para Reitor seria feita apenas pelo CONSUN ou com a adesão dos
516 demais conselhos. O presidente do Conselho respondeu que estes detalhes seriam apresentados
517 na reunião seguinte pela própria Comissão, mas poderia informar que o Conselho máximo da
518 Instituição, que é o Conselho Universitário, já dispunha da composição determinada por lei da
519 proporção de 70% de docentes, portanto aquele Conselho por si só, já estava habilitado para
520 proceder a elaboração da lista tríplice. Sem mais assuntos a tratar, o senhor presidente deu por
521 encerrada a reunião às treze horas e trinta minutos, do que para constar, eu 
522 Roseméri Gomes Gonçalves, Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a presente Ata que,
523 depois de aprovada, será igualmente assinada pelo senhor presidente.

